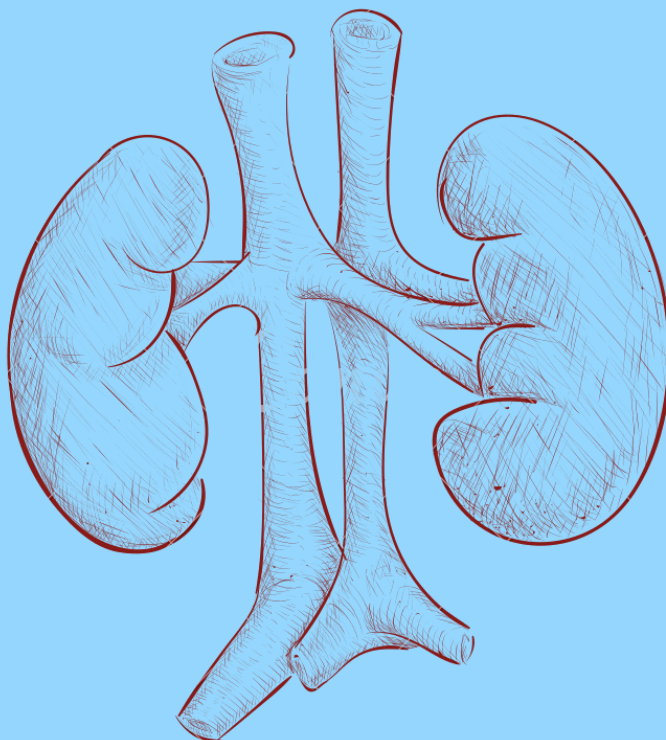


CURSO DIDÁTICO INTERDISCIPLINAR PARA O PROCESSO DE QUALIDADE NOS SERVIÇOS DE HEMODIÁLISE AMBULATORIAL

Autor(a): Eliilma Andrade Ferreira

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Valéria Regina Cavalcante dos Santos

**Coorientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Cinthia Cristina Sousa de Menezes da
Silveira**



Políticas Públicas e Regulação

Regulação em Hemodiálise, Portarias ministeriais, pactuação interfederativa e diretrizes da Política Estadual de Nefrologia

A regulação em hemodiálise configura-se como um dos principais instrumentos de ordenação do acesso e garantia da integralidade no Sistema Único de Saúde (SUS). No contexto da doença renal crônica (DRC), a regulação busca organizar fluxos de encaminhamento, definir critérios de priorização e assegurar a equidade no acesso aos serviços especializados. A literatura demonstra que a ausência de regulação adequada gera fragmentação e sobrecarga em determinados pontos da rede, comprometendo a continuidade do cuidado (Alves, 2017).

As portarias ministeriais desempenham papel essencial na normatização da assistência em nefrologia. A Portaria de Consolidação nº 1/2017, por exemplo, sistematizou critérios e parâmetros assistenciais para o planejamento em saúde, estabelecendo diretrizes sobre a oferta de serviços de diálise e suas condições de habilitação no SUS (Brasil, 2017). Essas normas funcionam como referências técnico-operacionais que orientam gestores e prestadores quanto à capacidade instalada necessária e aos critérios de qualidade assistencial.

O processo de pactuação interfederativa é outra dimensão fundamental para a regulação em hemodiálise. Trata-se de um mecanismo de articulação entre União, estados e municípios que define responsabilidades compartilhadas e metas de cobertura, buscando reduzir desigualdades regionais e garantir a integralidade da atenção. A Comissão Intergestores Bipartite (CIB), nesse contexto, assume protagonismo na definição dos fluxos de acesso e na homologação de linhas de cuidado específicas (Santos, 2018).



Políticas Públicas e Regulação

Regulação em Hemodiálise, Portarias ministeriais, pactuação interfederativa e diretrizes da Política Estadual de Nefrologia

No âmbito estadual, as diretrizes de nefrologia têm avançado na definição de linhas de cuidado que integram desde a atenção básica até a terapia renal substitutiva. O exemplo da Paraíba, com a aprovação da Linha de Cuidado da DRC pela CIB em 2024, evidencia a importância de protocolos clínicos e fluxos regulatórios para garantir maior efetividade no manejo da doença, prevenindo complicações e racionalizando o uso da hemodiálise (SES-PB, 2024).

Essas diretrizes estaduais buscam alinhar-se às normativas ministeriais, mas também dialogam com as realidades locais, como a disponibilidade de recursos, a densidade populacional e a rede de serviços existente. A regulação, nesse sentido, cumpre dupla função: ordenar a demanda de pacientes e, ao mesmo tempo, induzir o planejamento regional integrado, com foco em eficiência e equidade (Alves, 2017).

Do ponto de vista da gestão, a regulação em hemodiálise deve considerar parâmetros epidemiológicos da DRC, como prevalência crescente associada ao envelhecimento populacional, hipertensão e diabetes. Esses fatores justificam a necessidade de políticas públicas que ampliem a cobertura dos serviços e reforcem a coordenação interfederativa. A pactuação, nesse cenário, possibilita alocação mais racional de recursos, minimizando disparidades regionais (Santos, 2018).



Políticas Públicas e Regulação

Regulação em Hemodiálise, Portarias ministeriais, pactuação interfederativa e diretrizes da Política Estadual de Nefrologia

A operacionalização das portarias e protocolos estaduais exige integração entre sistemas de informação, transporte sanitário e suporte diagnóstico. A ausência desses elementos compromete a efetividade da regulação e perpetua barreiras de acesso, sobretudo em estados da Amazônia e do Nordeste, onde a dispersão geográfica dificulta o deslocamento dos pacientes. Assim, a pactuação interfederativa deve também prever mecanismos de financiamento para logística e transporte (Brasil, 2017).

Outro aspecto central é a formação permanente das equipes multiprofissionais envolvidas na linha de cuidado em nefrologia. Protocolos estaduais, como o da Paraíba, reforçam a necessidade de capacitação contínua para garantir que médicos, enfermeiros, nutricionistas e assistentes sociais estejam preparados para atuar tanto no manejo clínico quanto na regulação do acesso. A regulação, portanto, não se restringe a fluxos administrativos, mas envolve também qualificação de práticas assistenciais (SES-PB, 2024).



Políticas Públicas e Regulação

Regulação em Hemodiálise, Portarias ministeriais, pactuação interfederativa e diretrizes da Política Estadual de Nefrologia

A integração entre os diferentes níveis de atenção é indispensável para a efetividade da regulação. A atenção primária deve atuar na identificação precoce de pacientes com fatores de risco para DRC, enquanto a regulação organiza o encaminhamento para a média e alta complexidade. Esse modelo em rede busca superar a fragmentação do cuidado e consolidar o princípio da integralidade do SUS, conforme demonstrado em experiências estaduais analisadas por Alves (2017).

Em síntese, a regulação em hemodiálise articula-se a partir de um tripé formado pelas portarias ministeriais, pela pactuação interfederativa e pelas diretrizes estaduais de nefrologia. Esse conjunto normativo e operacional busca garantir acesso equitativo, integralidade do cuidado e eficiência no uso dos recursos. No entanto, sua efetividade depende de processos de gestão compartilhada, de financiamento adequado e de contínua capacitação das equipes, de modo a assegurar qualidade e segurança na atenção ao paciente renal crônico (Santos, 2018; Brasil, 2017; SES-PB, 2024).



REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. L. et al. Fatores relacionados à cultura de segurança em hemodiálise: revisão integrativa da literatura. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 73, n. 6, p. e20190624, 2020.

ALVES, L. H. C. Estratégias utilizadas pela equipe de enfermagem para o cuidado humanizado com o portador de doença renal crônica: uma revisão narrativa da literatura. Trabalho de Conclusão de Curso (Enfermagem) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Ciências Sociais e da Saúde, Goiânia, 2023.

ANDRADE, A. N. S. et al. Ações e intervenções do enfermeiro na assistência a pacientes com insuficiência renal crônica. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 1132-1138, abr. 2025.

ALVES, C. K. A. Constituição e integralidade da rede de atenção à saúde da pessoa com doença renal crônica em terapia renal substitutiva no âmbito estadual: uma avaliação baseada na teoria ator-rede. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2017.

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Nota Técnica GVIMS/GGTES/DIRE3/Anvisa nº 07/2025: orientações para a implementação da lista de verificação de segurança do paciente em serviços de diálise. Brasília: Anvisa, 2025.

BARBOSA, I. P. et al. Cartilha de orientação nutricional para pacientes em hemodiálise. Volta Redonda: UniFOA, 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle. Critérios e parâmetros assistenciais para o planejamento e programação de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 11, de 13 de março de 2014. Dispõe sobre os requisitos de boas práticas de funcionamento para os serviços de diálise e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.



REFERÊNCIAS

FERNANDES, C. S. et al. Tecnologia gerencial para comunicação efetiva em clínicas de hemodiálise. Acta Paulista de Enfermagem, v. 38, p. eAPE0000573, 2025.

FERRAZ, R. N. et al. Percepção dos profissionais de saúde sobre os fatores para a adesão ao tratamento hemodialítico. Revista Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro, v. 25, p. e15504, 2017.

FIGUEIREDO, A. L. F. et al. Doença Renal Crônica: uma revisão abrangente acerca do diagnóstico e manejo terapêutico. Brazilian Journal of Health and Biological Science, v. 1, n. 1, p. e36, 2024.

MATOS, J. P.; FAZENDA, J. Mecanismos da hemodiálise e diálise peritoneal. Research, Society and Development, v. 11, n. 14, e237111436213, 2022.

PAZ, I. P. Acesso ao tratamento de doença renal crônica em crianças e adolescentes no Brasil: um desafio de saúde pública. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Pediatria e Ciências Aplicadas à Pediatria, São Paulo, 2019.

PENARIOL, M. D. C. B. et al. Segurança do paciente no contexto da hemodiálise: uma revisão integrativa. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 1620-1639, jan./fev. 2021.

ROSENTHAL, S. T. et al. Atualizações a fisiopatologia, diagnóstico e tratamento avançado da Doença Renal Crônica: uma revisão abrangente. Revista Brasileira de Revisão de Saúde, v. 4, pág. e72107, 2024.

SANTOS, A. C. et al. Fatores que influenciam a segurança do paciente em hemodiálise: revisão integrativa. Saúde Coletiva, v. 11, n. 65, p. 6334-6345, 2021.



REFERÊNCIAS

SANTOS, A M. Redes regionalizadas de atenção à saúde: desafios à integração assistencial e à coordenação do cuidado. Salvador: EDUFBA, 2018.

SES-PB. Secretaria de Estado da Saúde. Comissão Intergestores Bipartite. Resolução CIB-PB nº 195, de 09 de outubro de 2024: aprova a implantação da linha de cuidado para doença renal crônica em adultos nos serviços estaduais da Paraíba. João Pessoa: SES-PB, 2024.

SES-PA. Secretaria de Estado de Saúde Pública – SESPA. Plano Estadual de Saúde 2020-2023. Belém: SESPA, 2019.

SES-ES. Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo. Linha de cuidado da pessoa com doença renal crônica. Vitória: SESA/ES, 2024a.

SES-ES. Secretaria de Estado da Saúde. Protocolo clínico de regulação: urgências nefrológicas relacionadas à terapia renal substitutiva. Vitória: SESA, 2024b.

SILVA, A. J. et al. Doença renal crônica pediátrica: índices de contagem de células sanguíneas como marcadores de inflamação. Jornal Brasileiro de Nefrologia, v. 45, n. 4, p. 468-479, 2023.

SILVA, M. F. et al. Assistência de enfermagem ao paciente renal ao início da hemodiálise por FAV ou enxerto. Maceió: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes - HUPAA, 2024.

TORCHI, T. S. et al. Condições clínicas e comportamento de procura de cuidados de saúde pelo paciente renal crônico. Acta Paulista de Enfermagem, v. 27, n. 6, p. 585-590, 2014.

YOUNES-IBRAHIM, M. et al. Guia de assistência nefrológica hospitalar da Sociedade Brasileira de Nefrologia (SBN). Brazilian Journal of Nephrology, v. 47, n. 3, p. e20240239, 2025.

ZICA, D. S.; MARTINEZ, B. B. Cuidados e recomendações sobre acesso vascular para hemodiálise: prevenindo complicações: manual educativo para pacientes. Colaboração de Geraldo Magela Salomé. Pouso Alegre: Univás, 2016.

